

Editorial

Este novo número dos *Cadernos da Escola do Legislativo* reúne trabalhos que examinam diferentes dimensões das transformações institucionais e normativas que atravessam o Estado contemporâneo, com especial atenção ao funcionamento do Poder Legislativo e às dinâmicas da esfera pública. A partir de abordagens provenientes do direito, da ciência política e da administração pública, os textos analisam (os textos abordam ou os autores analisam) temas como os limites da liberdade de expressão no ambiente digital, a representação feminina nas instituições legislativas, os desafios da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no setor público e a atuação de grupos de interesse nos processos decisórios. Ao explorarem objetos empíricos distintos, mas convergentes na reflexão sobre instituições democráticas, regulação e participação política, os artigos deste número contribuem para ampliar o debate sobre os desafios da governança pública e da vida democrática.

O primeiro artigo desta edição, “Anonimato digital e fake news: limites à liberdade de expressão na proteção dos direitos fundamentais”, é de autoria do advogado e jornalista David Musso, doutorando em Direitos Fundamentais e Democracia no Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil) e mestre em Direito no Centro Universitário Internacional (Uninter). No texto, o autor examina os limites

constitucionais da liberdade de expressão diante da disseminação de fake news em ambientes digitais marcados pela possibilidade de anonimato. Partindo do reconhecimento de que a liberdade de expressão constitui um direito essencial à democracia, mas não absoluto, o artigo discute como a atuação anônima nas redes sociais dificulta a responsabilização por conteúdos que violam direitos fundamentais, como a honra, a imagem e o direito à informação verídica. Ao analisar as transformações trazidas pelo ambiente digital para a circulação de informações e para o exercício do jornalismo, o estudo aponta os desafios regulatórios decorrentes desse contexto e sustenta a necessidade de revisão do marco normativo vigente, com especial atenção à limitação do anonimato em rede e à responsabilização das plataformas digitais.

O segundo artigo, “As mulheres do parlamento mineiro: uma análise do perfil biográfico e da produção legislativa das deputadas estaduais da ALMG entre 1987 e 2024”, é de autoria de Cláudia Torres Lopes, mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em Poder Legislativo e Políticas Públicas pela Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ELE/ALMG). No artigo, ela analisa a presença e a atuação das deputadas estaduais na ALMG, articulando duas dimensões da representação política: o perfil biográfico das parlamentares e os temas que orientam sua produção legislativa. Com base na análise de proposições apresentadas por deputadas nesse intervalo de tempo, a autora identifica padrões na atuação dessas representantes e discute em que medida sua presença no parlamento se relaciona com a promoção de determinadas agendas legislativas. Ao examinar a trajetória das parlamentares e os temas predominantes em suas iniciativas, Lopes contribui para o debate sobre a representação política das mulheres e sobre os

desafios ainda presentes para a ampliação da participação feminina nas instituições legislativas.

O artigo seguinte, “Lobby em Minas Gerais: estudo comparativo sobre a profissionalização do lobby na Assembleia Legislativa do Estado”, é de autoria de Mayara Lorena Barbosa de Almeida, pós-graduada em Poder Legislativo e Políticas Públicas pela Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ELE/ALMG), e Manoel Leonardo dos Santos, doutor em Ciência Política e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os autores investigam a atuação de profissionais de relações governamentais na ALMG, buscando compreender em que medida a atividade de lobby no parlamento estadual apresenta características semelhantes às observadas em âmbito nacional. Com base em revisão da literatura especializada e em entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o estudo examina o grau de profissionalização dessa atividade, bem como suas formas de organização e estratégias de atuação. Os resultados indicam que, embora haja convergências com os padrões identificados em estudos sobre o Congresso Nacional, a atuação no plano estadual apresenta especificidades e ainda não alcança o mesmo nível de institucionalização e profissionalização observado no cenário nacional.

A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito da administração pública municipal é o tema do artigo “A LGPD no Poder Público Municipal e a efetividade das práticas adotadas: estudo de caso da Prefeitura Municipal de Carangola-MG”, de Thamirys Moreira de Sousa Assis, pós-graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), e Fernanda Paula

Diniz, doutora e mestra em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). As autoras investigam as práticas adotadas pela Prefeitura de Carangola, em Minas Gerais, para adequação às exigências da legislação brasileira de proteção de dados pessoais, discutindo as medidas institucionais implementadas e as dificuldades encontradas na incorporação de procedimentos de governança e segurança da informação. Ao analisar a experiência de um município específico, o estudo oferece elementos empíricos relevantes para compreender os obstáculos e possibilidades de aplicação da legislação de proteção de dados no nível municipal da administração pública.

Na seção de resenhas, Eliara Santana, doutora em Estudos Linguísticos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), jornalista e professora da pós-graduação da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, apresenta o livro *Manifesto pela educação midiática*, de David Buckingham. Na obra, o pesquisador britânico discute a centralidade da mídia na vida contemporânea e defende a educação midiática como condição essencial para a formação de cidadãos capazes de interpretar criticamente as mensagens e representações que circulam no ambiente informacional. A resenha destaca os principais argumentos do autor, que propõe o desenvolvimento do pensamento crítico como ferramenta para analisar e avaliar criticamente informações e discursos midiáticos, enfatizando a importância dessa formação em um contexto marcado pela ampla circulação de conteúdos digitais e pela crescente influência das mídias na esfera pública.

Esperamos que os textos reunidos neste número contribuam para ampliar o debate acadêmico sobre instituições democráticas, políticas públicas e os desafios contemporâ-

neos da vida política, estimulando novas pesquisas e reflexões sobre esses temas.

Stefania Negri e Marialice Emboava

Editoras

Contato: cadernos@almg.gov.br